



Thiago Mendes dos Reis  
Servidor - Matrícula 086

## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 - Centro - Domingos Martins - Espírito Santo

CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br

comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### **PROJETO LEI Nº 24/2008**

**AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO E/OU DIAS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE LAZER, E DE COMÉRCIO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, EM ÁREAS DE ÍNDICES ELEVADOS DE OCORRÊNCIAS VIOLENTAS NO ESTADO, DENOMINADAS REDS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Prefeito Municipal autorizado a limitar, por Decreto, os horários e/ou os dias de funcionamento dos estabelecimentos em que se verifique a venda ou o fornecimento gratuito de bebidas alcoólicas, situados em áreas onde sejam detectados elevados índices de violência, denominadas Regiões Especiais de Defesa Social - REDS, definidas após a celebração de convênio do Município com o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e fixadas por Portaria editada pelo Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, na forma da Lei Estadual nº 8.635, de 27 de setembro de 2007 com as alterações da Lei 8.794, de 8 de janeiro de 2008 e do Decreto Estadual nº 1.973-R, de 04 de dezembro de 2007.

§1º. Aplicam-se as disposições desta lei aos bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniências, casas de "shows" e eventos, churrascarias, casas noturnas, clubes sociais, trailers e similares, ou a quaisquer outros estabelecimentos e ambulantes que comercializem ou forneçam bebidas alcoólicas, e, ainda, aos eventos realizados em vias, logradouros e ambientes públicos ou privados onde haja a cobrança para o ingresso e a venda de bebidas alcoólicas.

§2º. As regiões Especiais de Defesa Civil - REDS são áreas definidas pela SESP e pelo município, a partir da análise criminal de dados estatísticos, georeferenciados e outros que apontem a necessidade de prevenir ou intervir repressivamente para redução dos índices de violência.

§3º. Os índices de violência serão aferidos considerando-se as ocorrências criminais, especialmente as relacionadas aos crimes contra a vida, dos últimos quatro meses, segundo a metodologia e critérios técnicos estabelecidos pela SESP/ES e pactuados em convênio com o Município.

§4º. A fixação da REDS por ato do Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social publicada no Diário Oficial do Estado, será amplamente divulgada nos meios de comunicação social local e no sítio do Município, sem prejuízo das demais formas de publicidade que se queiram adotar.

**Art. 2º** Poderão ser estabelecidas, em cada área abrangida pela REDS, áreas livres de restrições, em estrito atendimento a interesse turístico-cultural, desde que haja aprovação prévia do plano de segurança, conforme previsto na Lei Estadual nº 8.635, de 27 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual nº 1.973 R, de 04 de dezembro de 2007.

**Art. 3º** Cabe ao Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinar, a concessão de licenças de funcionamento para os esclarecimentos, as pessoas físicas ou jurídicas definidas no § 1º desta Lei localizados nas proximidades de estabelecimento educacional de ensino infantil, fundamental, médio, técnico, e superior, público ou privado, não podendo ser prejudicados os comércios já estabelecidos anteriormente a esta Lei.

**Parágrafo Único.** Os estabelecimentos de ensino definidos no caput deste artigo, quando da realização de eventos promocionais ou similares, em que se verifique a venda ou o fornecimento gratuito de bebidas alcoólicas, deverão providenciar a aprovação prévia do plano

*W. S. Júnior*



## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 - Centro - Domingos Martins - Espírito Santo

CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)

[comunicacao@domingosmartins.es.gov.br](mailto:comunicacao@domingosmartins.es.gov.br) - [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

de segurança, conforme previsto na Lei Estadual nº 8.635, de 27 de setembro de 2007 e suas alterações e do Decreto Estadual nº 1.973 - R, de 04 de dezembro de 2007.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal, individualmente, ou por meio de convênio com as Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, exercerá o controle da venda de bebidas alcoólicas, por meio de ações de caráter preventivo e repressivo, para assegurar a aplicação das disposições desta Lei, e, ainda, para prevenir e coibir o seu consumo por crianças e adolescentes.

**Art. 5º** Os estabelecimentos, as pessoas físicas ou jurídicas definidos no §1º do art. 1º, que violarem o disposto na presente Lei, sujeitar-se-ão às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito;

II - Multa de 300 (trezentas) VRTE - Valor de referência do Tesouro do Estado do Espírito Santo, na segunda infração;

III - Multa de 2.000 (duas mil) VRTE - Valor de referência do Tesouro do Estado do Espírito Santo, na terceira infração;

IV - Cassação do alvará de funcionamento, na quarta infração.

§1º. Desrespeitando o fechamento administrativo, previsto no Inciso IV, será solicitado, se necessário auxílio policial para o cumprimento da penalidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei.

§2º. Nos estabelecimentos em que ocorrer a cassação do registro de funcionamento, fica vedada a concessão de novo alvará, no período de 1(um) ano, para o mesmo tipo de comércio ou similar.

§3º. A Multa estipulada nos incisos II e III será lançada pela autoridade municipal competente, mediante termo de autuação, na forma disposta em Decreto, estando o seu crédito suscetível de inscrição na dívida ativa do Município.

**Art. 6º** A aplicação das penalidades de que trata o caput não exclui outras medidas punitivas porventura cabíveis, especialmente as previstas na Lei Estadual nº 8.635, de 27 de setembro de 2007 e suas alterações, no Decreto Estadual nº 1.973-R de 27 de novembro de 2007 e as sanções penais capituladas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 7º** Para atender a possíveis despesas decorrentes com a execução desta Lei, fica o Poder Público Municipal autorizado a abrir crédito adicional e ou suplementar no orçamento vigente, naquilo que for necessário.

**Art. 8º** Esta Lei será regulamentada em até 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, por decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 9º** Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10º** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 14 de abril de 2008.

  
**WANZETE KRÜGER**  
Prefeito